

28 JAN 1993

## JORNAL DO BRASIL

JOÃO OTÁVIO GOULART BRIZOLA \*

Já nos primeiros dias de fevereiro, milhares de crianças começam a estudar em mais de uma centena de Cieps — Centro Integrado de Educação Pública —, a maioria localizada na Baixada Fluminense, que receberam obras de reforma e acabamento ao longo de 1992. Outros 212 serão entregues no decorrer de 1993.

Em consonância com o Programa Especial de Educação, do governo do estado do Rio, e a Emop — Empresa de Obras Públicas do Estado —, se prepara para construir mais 94, atingindo todos os 84 municípios fluminenses. Até 1994, será instalada aqui a maior rede de escolas de ensino integral do país, constituída por 500 Cieps.

Quando o governador Leonel Brizola anunciou em 1983 o programa dos Cieps e a proposta do ensino integral (turno único, alimentação e atendimento médico-odontológico), acreditava que poderia construir em quatro anos as 500 unidades que iriam atender 500 mil crianças em idade escolar.

Esta meta, entretanto, não pôde ser alcançada em sua primeira gestão, em razão da difícil situação econômica do estado, agravada pelas condições políticas adversas. O Plano Cruzado foi catastrófico para o programa. Havia, na ocasião, por parte do governo federal, uma resistência muito grande em investir em projetos sociais.

Com a ascensão de Moreira Franco, em 87, a proposta foi praticamente abandonada. Somente da cidade do Rio, sob a administração do PDT, esta iniciativa não sofreu interrupção. Novos Cieps foram construídos e a filosofia pe-

# Caminho para a cidadania

dagógica levada adiante. Mas, no nível estadual, o projeto foi desmantelado e precisou esperar mais quatro anos para ser retomado pelo governador Brizola. Durante esse período, os Cieps já prontos sofreram profundos desgastes físicos por falta de manutenção. Muitos foram invadidos e dezenas deles abandonados, em fase de acabamento. Um prejuízo incalculável para o erário estadual e um enorme atraso social: só agora, passados mais de cinco anos, a população vai receber os Cieps a que tinha direito em 87.

O governador Brizola enfatiza, permanentemente, que a solução para diminuir a criminalidade é a educação. Fazendo um paralelo com o presente, lembra que antes do golpe de 64, quando a educação pública ocupava um espaço digno em nosso país, não havia esse grau de violência. De fato, em 1945, para 33.423 escolas públicas, havia 5.908 da rede privada e, durante o período que vai até 64, criaram-se inúmeros movimentos voltados para a expansão da educação, interrompidos pelo golpe militar, cujo regime consagrou a tendência tecnicista e burocrática na educação, sobretudo na rede pública.

O Brasil é, hoje, um dos países do mundo com mais de 10 milhões de analfabetos (tem cerca de 20 milhões, segundo o IBGE), sendo que um, entre quatro analfabetos, encontra-se na faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos). A Unicef calcula que são 9 milhões de crianças e adolescentes até 17 anos fora da escola, por subnutrição, abandono, trabalho precoce, deficiências físicas e mentais e, basicamente, pelo déficit da salas de aula e evasão escolar. Esta última, estimulada pelo fator repetência que no Brasil atinge índices comparáveis a países do Terceiro Mundo (como a

Tanzânia e Zimbabue, na África), com renda per capita muito inferior à nossa.

Foram quase três décadas perdidas, com o Brasil se incluindo no rol dos países não desenvolvidos, nos quais o analfabetismo cresceu em números absolutos. Por isso o Programa de Educação Especial e os Cieps se constituíram, em 83, no primeiro projeto sério de reforma educacional do 1º grau, após 20 anos de jejum forçado.

As críticas mais veementes se concentraram nos custos dos Cieps, escolas amplas e arejadas, com ginásio coberto e prédio para a biblioteca. Levando a assinatura de Oscar Niemeyer, os Cieps, apesar do desenho arrojado e da impressão de grandeza que inspiram, utilizam pré-fabricados que tornam as construções mais econômicas e rápidas porque feitas em série.

Enquanto a diferença econômica que separa os países desenvolvidos dos do Terceiro Mundo é da proporção de 25 para 1, a diferença no investimento para a educação é de 75 para 1. Os Estados Unidos, países da antiga União Soviética e o Japão aplicam na educação mais do que todo o resto do mundo, possuindo 91% do número total de pesquisadores, engenheiros e técnicos de alto nível. O restante dos países, incluindo o Brasil, representa 70% da população e possui apenas 9% desses profissionais qualificados.

A escolha da educação como meta prioritária, em face da saliência do ensino público, revela uma opção, no mínimo, patriótica. Não há mais como regatear o futuro de 120 milhões de brasileiros. A educação integral precisa ser implantada em todo o país. Foi dessa forma que o Japão, saindo dos escombros de Hiroxi-

ma e Nagasáqui, criou o mais bem-sucedido sistema educacional do planeta, independentemente de ideologias e partidarismo.

O governo Leonel Brizola criou, para tanto, este programa, que envolve a Secretaria de Educação, a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Secretaria de Estado de Obras e, consequentemente, a Emop. Ela vem trabalhando neste projeto desde janeiro de 92. Dos 99 entregues até novembro último, 87 receberam reformas, 11 foram concluídos, após permanecerem inacabados por quatro anos, e um é construção nova. Mais outros 89 Cieps localizados em 31 municípios fluminenses estão em obras e deverão ser entregues em 93, totalizando 283 unidades, se considerarmos os 95 já entregues ao município do Rio.

Esta iniciativa ativou a indústria da construção civil no estado, gerando 20 mil empregos diretos e beneficiando um universo de 100 mil pessoas. Com a vantagem de a mão-de-obra ser arregimentada nas áreas onde eles são construídos. Os investimentos são da ordem de dezenas de milhões de dólares, quantia inédita assumida por um governante estadual, em matéria de recursos para a área educacional.

A Emop também está reorganizando e ampliando o Setor de Manutenção Predial, que cuidará da preservação física dos Cieps. Projeteu e implantou o sistema de teledifusão, para atender à rede pública, através dos Cieps. O programa já saiu da área do compromisso político-social do governador para o campo moral e da ética, pois não é mais possível condenar gerações de crianças e adolescentes ao analfabetismo, à rejeição, à injustiça e à miséria.